

Clipping *CARF*

Matérias de jornais, sites e blogs que mencionam o CARF

O Estado de S.Paulo

CPI quer ouvir Lula sobre MP "comprada"

O Estado de S. Paulo - 07/10/2015

Requerimento feito por senador pede a convocação do petista, de um dos filhos dele e de dois ex-ministros

Andreza Matais
Ricardo Brito
Fábio Fabrini

O presidente da CPI do **Carf**, senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO), apresentou ontem requerimentos para convocar o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o empresário Luís Cláudio Lula da Silva, filho dele, e os ex-ministros Gilberto Carvalho e Erenice Guerra.

Se os requerimentos forem aprovados na sessão de amanhã da comissão, todos serão obrigados a comparecer. A comissão quer investigar a "compra" de uma MP durante a gestão Lula que prorrogou incentivos para o setor automobilístico, conforme revelou o Estado.

Em conversas com parlamentares na quinta-feira, o ex-presidente pediu que o Congresso preservasse os empresários Mauro e Cristina Marcondes de convocações para que expliquem sobre a suposta compra de uma medida provisória editada no seu governo. Lula teria argumentado que isso abalaria muito a família do casal. Os dois são donos da consultoria Marcondes & Mautoni, que é investigada pela Operação Zelotes por suspeita de comprar decisão no Conselho de Recursos do Contribuinte (**Carf**) e ainda por ter operado pela edição da MP 471 que prorrogou incentivos fiscais para montadoras de veículos com fábricas no Norte, Nordeste e Centro Oeste.

A LFT Marketing Esportivo, empresa de Luís Cláudio Lula da Silva, filho do ex-presidente, recebeu R\$ 24 milhões dessa consultoria. Segundo ele, o valor se refere a projeto contratado na área de esporte.

Argumentos. Interlocutores disseram que Lula teria argumentado que centenas de pessoas participaram da discussão em torno da MP, incluindo os ministérios da Ciência e Tecnologia e Desenvolvimento, Indústria e Comércio, além da Câmara e do Senado, o que inviabilizaria qualquer negociação com o tom da norma. "Ele estava muito preocupado com esse Mauro Marcondes e a Cristina", relatou um interlocutor do ex-presidente. "Ele disse que fez a MP para incentivar a economia do Norte, Nordeste e Centro Oeste", relatou outro congressista sobre o

encontro com Lula.

A CPI do **Carf** no Senado, que investiga esquema de compra de votos no órgão recursal da Receita Federal, já aprovou requerimentos de convocação de Mauro e Cristina Marcondes em julho, mas ainda não marcou a data das audiências. Os pedidos são do presidente da CPI e de José Pimentel (PT-CE), líder do governo no Congresso. Quando foram apresentados, ainda não se sabia do suposto envolvimento da consultoria com a compra da MP. Por meio da assessoria de imprensa, Pimentel afirmou que "não há nenhum movimento" para evitar o depoimento do casal.

O senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP) foi o primeiro a defender a investigação do caso pela CPI. Ele chegou a interpelar o lobista Alexandre Paes dos Santos, o APS, sobre o assunto na última reunião do colegiado. Segundo documentos aos quais o Estado teve acesso, APS teria atuado para viabilizar a MP.

O Instituto Lula alegou, em nota divulgada no fim da noite de ontem, que o ex-presidente "não interferiu nem pediu a ninguém que interferisse em qualquer encaminhamento no âmbito da CPI do Senado sobre irregularidades no **Carf**".

O Globo

Chega ao STF caso sobre suposta propina para Nardes

O Globo - 07/10/2015

Denúncia foi investigada na Operação Zelotes, sobre fraudes no **Carf**

Brasília - A Justiça Federal em Brasília encaminhou ontem ao Supremo Tribunal Federal (STF) relatório que cita suposto envolvimento do ministro Augusto Nardes, do Tribunal de Contas da União (TCU), com recebimento de propinas pagas por empresa investigada na Operação Zelotes. O relatório com as citações foi remetido na véspera do julgamento das contas de Dilma no TCU. O ministro tem foro privilegiado e não pode ser investigado na primeira instância do Judiciário. Ele nega envolvimento com o caso.

Investigações da Polícia Federal e do Ministério Público Federal encontraram indícios de pagamentos atribuídos a Nardes, após a deflagração da segunda fase da Operação Zelotes, que investiga fraudes e supostas compras de decisões no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (**Carf**). A segunda fase da Zelotes foi deflagrada no começo de setembro, com cumprimento de mandados de busca e apreensão em escritórios de contabilidade em Brasília, São Paulo e Rio Grande do Sul.

As citações a Nardes foram identificadas em parte do material apreendido. Caberá ao Supremo pedir uma manifestação da Procuradoria-Geral da República (PGR) sobre a necessidade de dar início a investigações sobre suposto pagamento de propina ao ministro do TCU.

O ministro do TCU e um sobrinho foram sócios de uma empresa chamada Planalto Soluções e Negócios. De acordo com a PF, a empresa recebeu repasses de uma consultoria suspeita de corromper conselheiros do **Carf**. Nardes sustenta que não é mais sócio da Planalto desde 2005 e nega qualquer recebimento de repasses ilegais.

Ministro do TCU se torna alvo de investigação sobre fraudes fiscais

Folha de S. Paulo - 07/10/2015

MINISTÉRIO PÚBLICO VÊ INDÍCIOS DE QUE NARDES PODE TER RECEBIDO R\$ 1,65 MI DE EMPRESA SOB SUSPEITA

Ministro, que só poderá ser investigado com autorização do STF, diz desconhecer pagamentos apontados

GABRIEL MASCARENHAS
MARINA DIAS
RUBENS VALENTE
DE BRASÍLIA

A Polícia Federal e o Ministério Público Federal encontraram indícios de que o ministro do Tribunal de Contas da União Augusto Nardes pode ter recebido R\$ 1,65 milhão de uma empresa investigada sob suspeita de envolvimento com fraudes fiscais.

Como ministro do TCU, Nardes só pode ser investigado e processado com autorização do STF (Supremo Tribunal Federal). Nesta terça (6), a Justiça Federal decidiu que os autos devem ser encaminhados à Procuradoria-Geral da República, para que opine sobre o prosseguimento das investigações.

Relator das contas da presidente Dilma Rousseff no TCU, Nardes tornou-se alvo de suspeitas porque foi sócio até 2005 de uma empresa chamada Planalto Soluções e Negócios, registrada em nome de um sobrinho, Carlos Juliano.

A empresa é investigada pela Operação Zelotes, que apura suspeitas de fraudes praticadas para comprar decisões do Carf (Conselho Administrativo de Recursos Fiscais), órgão do Ministério da Fazenda que julga recursos de empresas contra multas aplicadas pela Receita Federal.

Segundo os investigadores, há indícios que Nardes e o sobrinho receberam pagamentos da SGR Consultoria, empresa suspeita de corromper conselheiros do Carf.

Os pagamentos, no valor total de R\$ 2,6 milhões, teriam ocorrido entre dezembro de 2011 e janeiro de 2012, quando Nardes já era ministro do TCU e estava desligado da Planalto. O ministro diz desconhecer os pagamentos.

Há referências a Nardes, de acordo com a investigação, em mensagens eletrônicas enviadas em janeiro de 2012 pela secretária da SGR, Gegliane Bessa, ao dono da empresa, o ex-conselheiro do Carf José Ricardo Silva, um dos principais suspeitos do caso.

Nas mensagens, Gegliane diz ter pago R\$ 1,65 milhão a uma pessoa identificada como "Tio" e R\$ 906 mil a "Ju". Para os investigadores, há "fortes indícios" de que "Tio" é Nardes e "Ju", seu sobrinho.

ANOTAÇÕES

Além das mensagens, os investigadores dizem ter encontrado anotações feitas por suspeitos que confirmariam as operações financeiras e concluíram que as referências indicam Nardes como "destinatário dos recursos".

O motivo dos pagamentos ainda não está claro, mas os investigadores desconfiam que a Planalto pode ter recebido por ter aproximado a SGR de um dos seus clientes com problemas no **Carf**, o grupo gaúcho de comunicação RBS.

Nardes, que é natural de Santo Ângelo (RS), foi deputado federal pelo PP gaúcho de 1995 a 2005, antes de ser indicado ministro do TCU.

Em 2011, após pagar R\$ 11,9 milhões à SGR, a RBS obteve uma vitória no **Carf**. Os pagamentos da SGR à Planalto ocorreram na mesma época de pagamentos da RBS à SGR.

No mesmo processo de Nardes que deverá ser encaminhado à Procuradoria consta o nome do deputado Afonso Motta (PDT-RS), que foi vice-presidente jurídico da RBS e teria participado da contratação da SGR.

Colaborou LEONARDO SOUZA, do Rio

Nardes diz que se afastou de firma investigada

Folha de S. Paulo - 07/10/2015

O ministro do TCU Augusto Nardes afirmou nesta terça (6) que se afastou em 2005 da empresa Planalto, da qual era sócio, e desconhece pagamentos realizados pela SGR entre 2011 e 2012 às pessoas de "Tio" e "Ju", apontadas pelo Ministério Público Federal como referências a ele e ao seu sobrinho Carlos Juliano, dono da Planalto.

"Eu saí em 2005 e não tenho conhecimento de mais nada, nunca tive cargo de direção, absolutamente nada. E essa história que tu estás falando de 'Tio', também não sei. Alguém pode ter 10, 15, 20 tios, ou seja, não tenho conhecimento de nada", disse.

Por meio de nota de sua assessoria, o grupo RBS informou que contratou a SGR para defendê-lo no **Carf** e negou ter cometido irregularidades. "Os respectivos honorários advocatícios, como sempre, foram devidamente contabilizados", disse.

A RBS acrescentou que não teve contrato com a Planalto nem qualquer tipo de vínculo profissional com Nardes.

O sobrinho do ministro, Carlos Juliano Nardes, negou ter cometido irregularidades e disse que a empresa está inativa desde 2008. Questionado se já prestou algum serviço à SGR e por que teria recebido pagamentos, ele respondeu: "Não tem nada disso. Essa questão eu vou tratar se tiver alguma coisa, no inquérito".

O advogado Getúlio Humberto de Sá, que representa José Ricardo da Silva, disse que as transferências da SGR para a Planalto são provenientes de uma parceria feita com Carlos Juliano Nardes. "Eles estavam juntos. A princípio, o Juliano trabalhou em parceria com o José Ricardo nessa ação da RBS. Era um trabalho normal de direito, algo corriqueiro na advocacia", afirmou Getúlio Sá.

O deputado Afonso Motta (PDT-RS) não foi localizado. Em setembro ele disse à Folha que quando trabalhou na RBS "jamais soube de qualquer irregularidade".

Exame On - Line

Lula tenta evitar depoimento de envolvidos em compra de MP

07/10/2015

Brasília - Em conversas com parlamentares na última semana passada, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva pediu que o Congresso preservasse os empresários Mauro e Cristina Marcondes de convocações para que expliquem sobre a suposta compra de uma Medida Provisória editada no seu governo.

Lula teria argumentado que isso abalaria muito a família do casal.

Os dois são donos da consultoria Marcondes & Mautoni investigada pela Operação Zelotes por suspeita de comprar decisão no Conselho de Recursos do Contribuinte (Carf) e de ter operado pela edição da MP 471 que prorrogou incentivos fiscais para montadoras de veículos com fábricas no Norte, Nordeste e Centro Oeste.

A LFT Marketing Esportivo, empresa de Luís Claudio Lula da Silva, filho do ex-presidente, recebeu R\$ 2,4 milhões dessa consultoria. Segundo ele, o valor se refere a projeto contratado na área de esporte.

Interlocutores que disseram Lula teria argumentado que centenas de pessoas participaram da discussão em torno da Medida Provisória, incluindo os ministérios da Ciência e Tecnologia e Desenvolvimento, Indústria e Comércio, além da Câmara e do Senado, o que inviabilizaria qualquer negociação em torno da norma.

Ele estava muito preocupado com esse Mauro Marcondes e a Cristina, relatou um interlocutor do ex-presidente. Ele disse que fez a MP para incentivar a economia do Norte, Nordeste e Centro Oeste, relatou outro congressista sobre o encontro com Lula.

Em nota para a reportagem, o ex-presidente disse que não interferiu nem pediu a ninguém que interferisse em qualquer encaminhamento no âmbito da CPI do Senado sobre irregularidades no Carf. A nota diz ainda que a notícia, atribuída a fonte anônima, foi divulgada de forma irresponsável e leviana.

A CPI do Carf no Senado, que investiga esquema de compra de votos no órgão recursal da Receita Federal já aprovou requerimentos de convocação de Mauro e Cristina Marcondes em julho, mas ainda não marcou a data das audiências.

Os requerimentos são dos senadores Ataídes Oliveira (PSDB-TO), presidente da CPI, e o líder do governo no Congresso, senador José Pimentel (PT-CE).

Quando foram apresentados ainda não se sabia do suposto envolvimento da consultoria com a compra da MP. Por meio da assessoria de imprensa, Pimentel afirmou que não há nenhum movimento para evitar o depoimento do casal Marcondes.

Na terça-feira, 6, o presidente da CPI também apresentou requerimentos para convocar Lula; o filho do petista, o empresário Luís Claudio Lula da Silva e os ex-ministros Gilberto Carvalho e Erenice Guerra.

Os requerimentos apresentados na CPI são de convocação, o que significa que se forem aprovados na sessão desta quinta-feira todos serão obrigados a comparecer, ao contrário do que ocorreria se fossem convites.

Segundo Ataídes Oliveira, a ampliação do objeto da CPI nesse caso esta respaldada em decisões tomadas pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

Essa ampliação do objeto da CPI em função de fatos novos surgidos no curso da investigação é perfeitamente admissível e cabível, como se vê, por exemplo, do Inquérito nº 2.245, de que foi relator o Ministro Joaquim Barbosa, do MS 23.639, de que foi relator o Ministro Celso de Mello e do HC 71.039, de que foi relator o Ministro Paulo Brossard , argumentou.

O primeiro a defender que a CPI investigue o suposto esquema de compra da MP foi o senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP) que chegou a interpelar o lobista Alexandre Paes dos Santos, o APS, sobre o assunto na última reunião do colegiado.

Segundo documentos aos quais a reportagem teve acesso, APS teria atuado para viabilizar a MP. Uma agenda dele descreve o passo a passo das discussões sobre a norma e reunião com Gilberto Carvalho. O ex-ministro nega o encontro.

Na Câmara, o PPS também apresentou requerimentos para ouvir os envolvidos, incluindo o ex-presidente Lula. O PSDB pediu para que

Polêmica Paraíba

Relator das contas de Dilma no TCU é investigado por suspeita de fraude fiscal

07/10/2015

A Polícia Federal e o Ministério Público Federal encontraram indícios de que o ministro do Tribunal de Contas da União Augusto Nardes pode ter recebido R\$ 1,65 milhão de uma empresa investigada sob suspeita de envolvimento com fraudes fiscais.

Ivyna Souto

A Polícia Federal e o Ministério Público Federal encontraram indícios de que o ministro do Tribunal de Contas da União Augusto Nardes pode ter recebido R\$ 1,65 milhão de uma empresa investigada sob suspeita de envolvimento com fraudes fiscais.

Como ministro do TCU, Nardes só pode ser investigado e processado com autorização do STF (Supremo Tribunal Federal). Nesta terça (6), a Justiça Federal decidiu que os autos serão encaminhados à Procuradoria-Geral da República, para que opine sobre o prosseguimento das investigações.

Relator das contas da presidente Dilma Rousseff no TCU, Nardes tornou-se alvo de suspeitas porque foi sócio até 2005 de uma empresa chamada Planalto Soluções e Negócios, registrada em nome de seu sobrinho, Carlos Juliano.

A empresa é investigada pela Operação Zelotes, que apura suspeitas de fraudes praticadas para comprar decisões do Carf (Conselho Administrativo de Recursos Fiscais), órgão do Ministério da Fazenda que julga recursos de empresas contra multas aplicadas pela Receita Federal.

Segundo os investigadores, Nardes e o sobrinho receberam na Planalto vários pagamentos da SGR Consultoria, que teria corrompido conselheiros do Carf para favorecer empresas que recorreram ao órgão para discutir multas.

Os pagamentos, no valor total de R\$ 2,6 milhões, teriam ocorrido entre dezembro de 2011 e janeiro de 2012, quando Nardes já era ministro do TCU e estava desligado da Planalto. O ministro diz desconhecer os pagamentos.

Segundo os investigadores, há referências a Nardes em mensagens eletrônicas enviadas em janeiro de 2012 pela secretária da SGR, Gegliane Bessa, ao dono da empresa, o ex-conselheiro do Carf José Ricardo Silva, um dos principais suspeitos do caso.

Nas mensagens, Gegliane diz ter pago R\$ 1,65 milhão a uma pessoa identificada como "Tio" e R\$ 906 mil a "Ju". Para os investigadores, há "fortes indícios" de que "Tio" é Nardes e "Ju", seu sobrinho.

ANOTAÇÕES

Além das mensagens, os investigadores dizem ter encontrado anotações feitas por suspeitos que confirmariam as operações financeiras e concluíram que as referências indicam Nardes como "destinatário dos recursos".

O motivo dos pagamentos ainda não está claro, mas os investigadores desconfiam que a Planalto pode ter recebido por ter aproximado a SGR de um dos seus clientes com problemas no Carf, o grupo gaúcho de comunicação RBS.

Nardes, que é natural de Santo Ângelo (RS), foi deputado federal pelo PP gaúcho de 1995 a 2005, antes de ser indicado ministro do TCU.

Em 2011, após pagar R\$ 11,9 milhões à SGR, a RBS obteve uma vitória no Carf. Os pagamentos da SGR à Planalto ocorreram na mesma época de pagamentos da RBS à SGR.

O Ministério Público encaminhou à Justiça junto com o caso de Nardes o do deputado Afonso Motta (PDT-RS), que foi vice-presidente jurídico da RBS e teria participado da contratação da SGR.

OUTRO LADO

O ministro do TCU Augusto Nardes afirmou à Folha nesta terça-feira (6), por telefone, que em 2005 se afastou da empresa Planalto, da qual era sócio, e desconhece pagamentos realizados pela SGR entre 2011 e 2012 às pessoas de "Tio" e "Ju", que seriam referências a ele e ao seu sobrinho Carlos Juliano, dono da Planalto.

"O que eu posso te declarar é que eu saí em 2005 e não tenho conhecimento de mais nada, nunca tive cargo de direção, absolutamente nada. E essa história que tu estás falando de 'Tio',

também não sei. Alguém pode ter 10, 15, 20 tios, ou seja, não tenho conhecimento de nada. Eu não posso avançar mais do que isso, até porque estou concentrado aqui nas contas [do governo Dilma]", disse Nardes.

Indagado se recebeu algum pagamento entre dezembro de 2011 e janeiro de 2012 além do salário de ministro do TCU, Nardes respondeu: "Não, não tenho conhecimento".

O ministro afirmou que, na Planalto, era "um simples acionista" e nela "nunca teve cargo de direção, absolutamente nada".

Nardes também negou que a Planalto tenha fechado algum contrato com a RBS antes de 2005. "Nunca assinei nada [com a RBS], nunca participei de direção", repetiu o ministro.

Por nota, a assessoria de comunicação da RBS informou que a SGR "foi um dos contratados pelo Grupo RBS para sua defesa em processo iniciado em 2000 e concluído em 2011?".

Segundo a empresa, "os respectivos honorários advocatícios, como sempre, foram devidamente contabilizados e informados às autoridades competentes".

"A RBS jamais celebrou qualquer tipo de contrato nem manteve qualquer vínculo profissional de espécie alguma com a empresa Planalto Soluções e Negócios, pessoas a ela vinculadas ou com o ministro do TCU Augusto Nardes", afirmou a RBS, na nota.

O sócio da Planalto Carlos Juliano Ribeiro Nardes negou ter cometido qualquer irregularidade e afirmou que a empresa está inativa desde 2008.

Questionado se a Planalto já prestou algum serviço à SGR e por que teria recebido pagamentos, ele respondeu: "Não tem nada disso. Se tivesse alguma coisa, eu teria sido chamado no inquérito. Essa questão eu vou tratar, se tiver alguma coisa, no inquérito". Em seguida, desligou o telefone.

O advogado Getúlio Humberto de Sá, que representa José Ricardo da Silva, disse por telefone que as transferências da SGR para a Planalto "a princípio" são provenientes de uma parceria firmada com Carlos Juliano Ribeiro Nardes.

"Isso aí, eles estavam juntos. A princípio, o Juliano trabalhou em parceria com o Zé Ricardo nessa ação da RBS. Era um trabalho normal de direito, algo corriqueiro na advocacia", afirmou Getúlio Sá.

O advogado disse que enviaria um email explicando a razão dos repasses, mas a mensagem não havia chegado até o fechamento desta edição.

A assessoria do deputado Afonso Motta (PDT-RS), procurada, não foi localizada. Em setembro, ele disse à Folha, por escrito, que quando trabalhou na RBS "jamais soube de qualquer irregularidades nos julgamentos da empresa no **Carf**". "Suponho que se houve citação a mim, é porque participei da contratação do escritório de advocacia que representava a RBS junto ao Conselho", afirmou Motta

CLICK AQUI - Zelotes suspeita de repasse de R\$ 1,8 mi a Augusto Nardes

07/10/2015

\$

A acusação de violar a Lei Orgânica da Magistratura na condução do exame das contas de 2014 do governo Dilma Rousseff não é a única razão para o ministro Augusto Nardes, do Tribunal de Contas da União (TCU), preocupar-se por estes dias. O avanço da Operação Zelotes reforça as suspeitas de envolvimento dele com o esquema fraudulento de anulação de dívidas fiscais.

No material já recolhido durante as investigações, há indícios a apontar Nardes como destinatário de pagamentos de aproximadamente 1,8 milhões de reais, divididos em três parcelas de cerca de 600 mil reais cada. Os pagamentos são suspeitos por terem na origem uma das principais empresas investigadas, a SGR Consultoria.

As desconfianças sobre Nardes amparam-se em informações obtidas a partir da quebra de sigilo bancário da SGR, de anotações encontradas em escritórios da empresa e de interceptações de telefonemas e e-mails de investigados.

Em alguns telefonemas e e-mails, por exemplo, uma funcionária da SGR tida como responsável por distribuir dinheiro ilícito, chamada Gigliane, recebe orientação para efetuar pagamentos ao "tio" e ao "Ju". Nardes já foi sócio de um sobrinho advogado, Carlos Juliano Ribeiro Nardes, na empresa Planalto Soluções e Negócios. Os investigadores vêem ligações entre a SGR e a Planalto.

O repasse da SGR seria uma espécie de comissão paga a Nardes por ele colaborar de algum modo com um caso específico na mira da Operação Zelotes: o sumiço de 150 milhões de reais em dívidas da RBS, retransmissora da TV Globo no Rio Grande do Sul, terra do ministro do TCU. Nardes teria usado sua influência em Brasília e no seu antigo partido, o PP, para ajudar o grupo de comunicação.

O cancelamento dos débitos da RBS ocorreu no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf), órgão do Ministério da Fazenda em que as fraudes apuradas pela Zelotes se materializavam. Em troca da anulação da dívida, a empresa teria pago 15 milhões de reais a uma série de pessoas. Entre estas, um ex-conselheiro do Carf e sócio da SGR, José Ricardo da Silva, o Zé Ricardo.

Silva e a SGR tinha papel-chave no esquema no Carf. Intermediavam os contatos entre conselheiros do Carf e empresas endividadas dispostas a subornar. E distribuíam o dinheiro entre as partes.

Nenhum cliente fez tantos pagamentos à consultoria quanto a RBS. É o que diz um relatório da Polícia Federal (PF) elaborado a partir da análise de 909 transações financeiras da SGR realizadas entre 2005 e 2013, um total de 115 milhões de reais.

Dos 15 milhões de reais que o grupo teria pago para se safar no Carf, 11,9 milhões foram para a SGR. Foi desta última quantia que a consultoria teria direcionado uma fatia cerca de 1,8 milhão a Nardes.

O ministro do TCU é de uma mesma pequena cidade gaúcha, Santo Ângelo, que um investigado na Operação Zelotes que acabou por virar delator. Paulo Roberto Cortez também já foi conselheiro do Carf e já trabalhou com Zé Ricardo, da SGR. Quando policiais federais e procuradores de Justiça saíram a campo pela segunda vez, em 3 de setembro, Santo Ângelo era um dos alvos.

Há quem veja possível ligação de Nardes com o esquema no **Carf** também por razões partidárias. Até ser nomeado ministro do TCU, ele era deputado federal pelo PP. A mira da Operação Zelotes já atingiu um conselheiro do **Carf**, Francisco Maurício Rebelo de Albuquerque e Silva, que é pai de um ex-líder do PP na Câmara dos Deputados, Dudu da Fonte.

CartaCapital procurou Augusto Nardes para pedir esclarecimentos sobre eventuais relações dele com a SGR, José Ricardo da Silva, a Planalto, Paulo Roberto Cortez e indicações de conselheiros do **Carf**. O ministro respondeu por e-mail.

Sobre a Planalto, disse "que se afastou da Planalto Soluções e Negócios em maio de 2005 e não recebeu nada proveniente ou relacionado a empresa". Acrescentou ainda "que não participou de nenhuma atividade desta já que dela não mais participava de nenhuma forma".

Sobre a escolha de conselheiros do **Carf**, Nardes afirmou que "não tem nem nunca teve qualquer participação seja por indicação ou quaisquer outras questões a isso relacionadas".

Sobre a SGR, José Ricardo da Silva, o ministro não se pronunciou.

Sobre sua relação com Paulo Cortez, disse que conheceu o mesmo quando morava em Santo Ângelo, por volta dos anos 80, há mais de 30 anos. Depois desse período não teve mais qualquer relação com o mesmo

Jornal de Uberaba – On Line - MG

PF e MPF apontam envolvimento de amigos de Lula em esquema

07/10/2015

A mulher do pecuarista uberabense Jonas Barcellos, Paula Abreu Barcellos, foi citada durante a investigação da Polícia Federal (PF) sobre suposta compra de uma Medida Provisória (MP) no governo Lula. O caso foi destaque do jornal Estado de S. Paulo (Estadão), na edição de sábado (3).

De acordo com a publicação, inquéritos sobre o caso fazem parte das investigações da Operação Zelotes, que apura um esquema de corrupção no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (**Carf**).

A intenção é investigar pagamentos feitos pelo escritório Marcondes & Mautoni e da SGR Consultoria, empresas de lobby que teriam negociado pagamentos que ultrapassaram os R\$ 36 milhões com a empresa MMC, representante da marca Mistubishi, e ainda com o Grupo CAO, responsável pela fabricação de veículos da Hyundai.

O Estadão divulgou que a intenção era prorrogar os incentivos fiscais do setor por cinco anos, o que acabou sendo deferido por meio da MP 471. Os pagamentos foram feitos entre 2009 e 2015.

Marcondes & Mautoni e a empresa LFT Marketing Esportivo são alvos de uma investigação da Polícia Federal e do Ministério Público Federal, e têm como sócio o filho de Lula, Luís Cláudio Lula da Silva, que declarou ao jornal ter recebido cerca de R\$ 2,4 milhões, entre 2014 e 2015, em virtude de um projeto desenvolvido e intitulado de "esporte".

Outro nome citado foi o da esposa do pecuarista Jonas Barcelos, uberabense Paula Abreu Barcellos, que teria recebido seis pagamentos do escritório, entre dezembro de 2011 e maio de 2012, no valor de R\$ 5,9 milhões. A justificativa foi a venda de um imóvel pertencente à mulher.

O escritório Spíndola Palmeira Advogados, de propriedade dos filhos da ex-secretária Lytha Spíndola, na época, trabalhava na Câmara de Comércio Exterior, ligada ao Ministério do Desenvolvimento, e também recebeu pagamentos em 2013. De acordo com o jornal, a pasta foi uma das responsáveis pela elaboração da norma.

Conforme noticiou o Estadão, Marcondes informou que contratou o escritório de advocacia por conta de seu reconhecimento dentro do Direito Tributário, isentando Lytha Spíndola de ter atuado nas discussões da MP.

Procura

Não responde. A ex-secretária manteve o mesmo posicionamento e os representantes do escritório declararam que os valores mencionados são referentes aos honorários. A reportagem do JORNAL DE UBERABA tentou contato através do telefone de uma das fazendas pertencentes ao pecuarista Jonas Barcelos, mas ninguém atendeu. O Estadão também não teve sucesso.

Conversa Afiada

Zelotes suspeita de repasse de R\$ 1,8 mi a Augusto Nardes

07/10/2015

Saiu na CartaCapital:

Sigilo bancário, telefonemas e e-mails de empresa investigada apontam ministro do TCU beneficiado em anulação fraudulenta de dívida fiscal da RBS

por André Barrocal

A acusação de violar a Lei Orgânica da Magistratura na condução do exame das contas de 2014 do governo Dilma Rousseff não é a única razão para o ministro Augusto Nardes, do Tribunal de Contas da União (TCU), preocupar-se por estes dias. O avanço da Operação Zelotes reforça as suspeitas de envolvimento dele com o esquema fraudulento de anulação de dívidas fiscais.

No material já recolhido durante as investigações, há indícios a apontar Nardes como destinatário de pagamentos de aproximadamente 1,8 milhões de reais, divididos em três parcelas de cerca de 600 mil reais cada. Os pagamentos são suspeitos por terem na origem uma das principais empresas investigadas, a SGR Consultoria.

As desconfianças sobre Nardes amparam-se em informações obtidas a partir da quebra de sigilo bancário da SGR, de anotações encontradas em escritórios da empresa e de interceptações de telefonemas e e-mails de investigados.

Em alguns telefonemas e e-mails, por exemplo, uma funcionária da SGR tida como responsável por distribuir dinheiro ilícito, chamada Gigliane, recebe orientação para efetuar pagamentos ao "tio" e ao "Ju". Nardes já foi sócio de um sobrinho advogado, Carlos Juliano Ribeiro Nardes, na

empresa Planalto Soluções e Negócios. Os investigadores vêem ligações entre a SGR e a Planalto.

O repasse da SGR seria uma espécie de comissão paga a Nardes por ele colaborar de algum modo com um caso específico na mira da Operação Zelotes: o sumiço de 150 milhões de reais em dívidas da RBS, retransmissora da TV Globo no Rio Grande do Sul, terra do ministro do TCU. Nardes teria usado sua influência em Brasília e no seu antigo partido, o PP, para ajudar o grupo de comunicação.

O cancelamento dos débitos da RBS ocorreu no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf), órgão do Ministério da Fazenda em que as fraudes apuradas pela Zelotes se materializavam. Em troca da anulação da dívida, a empresa teria pago 15 milhões de reais a uma série de pessoas. Entre estas, um ex-conselheiro do Carf e sócio da SGR, José Ricardo da Silva, o Zé Ricardo.

Silva e a SGR tinha papel-chave no esquema no Carf. Intermediavam os contatos entre conselheiros do Carf e empresas endividadas dispostas a subornar. E distribuíam o dinheiro entre as partes.

Nenhum cliente fez tantos pagamentos à consultoria quanto a RBS. É o que diz um relatório da Polícia Federal (PF) elaborado a partir da análise de 909 transações financeiras da SGR realizadas entre 2005 e 2013, um total de 115 milhões de reais.

Dos 15 milhões de reais que o grupo teria pago para se safar no Carf, 11,9 milhões foram para a SGR. Foi desta última quantia que a consultoria teria direcionado uma fatia cerca de 1,8 milhão a Nardes.

O ministro do TCU é de uma mesma pequena cidade gaúcha, Santo Ângelo, que um investigado na Operação Zelotes que acabou por virar delator. Paulo Roberto Cortez também já foi conselheiro do Carf e já trabalhou com Zé Ricardo, da SGR. Quando policiais federais e procuradores de Justiça saíram a campo pela segunda vez, em 3 de setembro, Santo Ângelo era um dos alvos.

Há quem veja possível ligação de Nardes com o esquema no Carf também por razões partidárias. Até ser nomeado ministro do TCU, ele era deputado federal pelo PP. A mira da Operação Zelotes já atingiu um conselheiro do Carf, Francisco Maurício Rebelo de Albuquerque e Silva, que é pai de um ex-líder do PP na Câmara dos Deputados, Dudu da Fonte.

Carta Capital procurou Augusto Nardes para pedir esclarecimentos sobre eventuais relações dele com a SGR, José Ricardo da Silva, a Planalto, Paulo Roberto Cortez e indicações de conselheiros do Carf. O ministro respondeu por e-mail.

Sobre a Planalto, disse "que se afastou da Planalto Soluções e Negócios em maio de 2005 e não recebeu nada proveniente ou relacionado a empresa". Acrescentou ainda "que não participou de nenhuma atividade desta já que dela não mais participava de nenhuma forma".

Sobre a escolha de conselheiros do Carf, Nardes afirmou que "não tem nem nunca teve qualquer participação seja por indicação ou quaisquer outras questões a isso relacionadas".

Sobre a SGR, José Ricardo da Silva, o ministro não se pronunciou.

Sobre sua relação com Paulo Cortez, disse que conheceu o mesmo quando morava em Santo Ângelo, por volta dos anos 80, há mais de 30 anos. Depois desse período não teve mais qualquer relação com o mesmo .

O aparecimento do nome de Augusto Nardes na Operação Zelotes foi revelado em setembro por CartaCapital. O material sobre ele tem de ser enviado ao Supremo Tribunal Federal (STF). Por ser ministro do TCU, Nardes só pode responder a eventuais processos criminais perante o STF. A juíza que cuida do caso na 10 Vara Federal de Brasília, Marianne Borre, volta de férias no dia 8